

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

## PROVA OBJETIVA

### QUESTÃO 1

De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado da Bahia, caso um servidor se aposente por invalidez, mas, posteriormente, os motivos determinantes da aposentadoria sejam declarados insubsistentes por junta médica oficial, deverá haver

- Ⓐ a reintegração do servidor.
- Ⓑ a readaptação do servidor.
- Ⓒ o aproveitamento do servidor em outro cargo.
- Ⓓ a reversão do servidor.
- Ⓔ a recondução do servidor.

### QUESTÃO 2

Com base na legislação que rege as licitações e os contratos na administração pública, julgue os seguintes itens.

- I A licitação será dispensável se houver inviabilidade de competição.
- II O atraso injustificado na execução de contrato administrativo sujeitará o contratado a multa de mora, o que não impede que a administração rescinda unilateralmente o contrato e, ainda, aplique outras sanções previstas em lei.
- III Aplicam-se as disposições da legislação, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da administração.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

### QUESTÃO 3

O Ministério Público de determinado estado da Federação ajuizou ação judicial contra ato praticado por servidor público que causou prejuízo aos cofres públicos. Na ação, requereu o ressarcimento integral do dano, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos do servidor. Na instrução processual, o réu propôs acordo para por fim à demanda, mas o juiz da causa o refutou, por considerar que a legislação específica proíbe a conciliação.

Considerando-se a situação hipotética precedente, é correto afirmar que a ação promovida pelo Ministério Público consiste em

- Ⓐ mandado de injunção.
- Ⓑ ação de improbidade administrativa.
- Ⓒ ação popular.
- Ⓓ *habeas corpus*.
- Ⓔ mandado de segurança.

### QUESTÃO 4

O governador de determinado estado da Federação editou decreto normatizando o cumprimento de lei que dispõe sobre a forma de punição de servidores públicos que cometerem infrações funcionais.

Nessa situação hipotética, a edição do referido decreto que concedeu fiel execução da lei caracteriza o exercício do poder administrativo

- Ⓐ discricionário.
- Ⓑ de polícia.
- Ⓒ regulamentar.
- Ⓓ hierárquico.
- Ⓔ disciplinar.

### QUESTÃO 5

Caso a administração pública entenda que determinado ato administrativo, ainda que em consonância com todas as prescrições legais, não atende adequadamente ao interesse público de fato, caberá ao órgão ou à autoridade pública competente extinguir esse ato por

- Ⓐ decadência.
- Ⓑ invalidação.
- Ⓒ anulação.
- Ⓓ cassação.
- Ⓔ revogação.

### QUESTÃO 6

Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída e em funcionamento regular há cinco anos, cujo objetivo social é o combate à pobreza, poderá propor ação em juizado especial cível estadual se estiver qualificada pelo poder público como

- Ⓐ organização social.
- Ⓑ empresa pública federal.
- Ⓒ organização da sociedade civil.
- Ⓓ organização da sociedade civil de interesse público.
- Ⓔ autarquia.

### QUESTÃO 7

Considerando-se a aplicabilidade e a eficácia das normas constitucionais, é correto afirmar que aquelas que preveem políticas públicas são classificadas como normas

- Ⓐ contidas.
- Ⓑ plenamente eficazes.
- Ⓒ absolutas.
- Ⓓ programáticas.
- Ⓔ intangíveis.

**QUESTÃO 8**

A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que, em caso de guerra declarada, poderá haver pena

- A** de trabalhos forçados.
- B** de banimento.
- C** cruel.
- D** de morte.
- E** de caráter perpétuo.

**QUESTÃO 9**

É competência privativa do presidente da República

- A** convocar plebiscito.
- B** referendar tratados, convenções e atos internacionais.
- C** permitir a permanência temporária de forças estrangeiras em território nacional.
- D** autorizar a deflagração de guerra.
- E** iniciar o processo legislativo.

**QUESTÃO 10**

As comissões parlamentares de inquérito (CPI), criadas no âmbito do Congresso Nacional, têm competência para

- A** instaurar inquérito policial e promover inquérito civil, para a proteção do patrimônio público e social.
- B** investigar com poderes investigativos próprios das autoridades judiciais.
- C** solicitar o arresto de bens de investigado.
- D** julgar a legalidade de atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração.
- E** suscitar incidente de deslocamento de competência, em caso de violação dos direitos humanos.

**QUESTÃO 11**

No que se refere à Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- A** Aos defensores é assegurado o exercício da advocacia, desde que não seja contra o Estado.
- B** Os servidores da Defensoria Pública são remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
- C** A Defensoria Pública é instituição permanente para a defesa de todos e do Estado, em todos os graus de jurisdição.
- D** Independência funcional, vitaliciedade e inamovibilidade são princípios institucionais da Defensoria Pública.
- E** A proposta orçamentária das defensorias públicas estaduais é de iniciativa dos governadores de estado.

**QUESTÃO 12**

Acerca da estrutura do Poder Legislativo, do processo legislativo e da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da administração direta e indireta, assinale a opção correta.

- A** Cabe ao Tribunal de Contas da União a legalidade e a apreciação do impacto financeiro e orçamentário da nomeação de pessoal para cargo em comissão.
- B** A CF poderá ser emendada mediante proposta de um terço das assembleias legislativas das unidades da Federação.
- C** Em regime de urgência, a CF poderá ser emendada na vigência de intervenção federal.
- D** Ao Tribunal de Contas da União cabe o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por valores públicos da administração direta e indireta.
- E** A fiscalização da aplicação das subvenções e renúncia de receitas é exclusiva da Comissão Mista de Orçamento.

**QUESTÃO 13**

São da competência dos juizados especiais cíveis as causas referentes a

- A** anulações ou cancelamentos de atos administrativos federais de natureza previdenciária.
- B** impugnações de penas de demissão impostas a servidores públicos civis.
- C** ações de divisão, demarcação ou desapropriação.
- D** execuções fiscais e execuções por improbidade administrativa.
- E** bens imóveis da União, de autarquias e de fundações públicas federais.

**QUESTÃO 14**

Com base nas disposições do Código Civil referentes a pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- A** As sociedades são pessoas jurídicas de direito privado criadas por meio de lei.
- B** As fundações são pessoas jurídicas de direito privado cuja criação é livre e independe de registro.
- C** Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público criadas por meio de lei.
- D** As associações são pessoas jurídicas de direito privado cuja existência legal depende de inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.
- E** As organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público cuja criação é condicionada ao reconhecimento de sua existência pelo poder público.

**QUESTÃO 15**

A respeito de nome civil, assinale a opção correta, conforme o Código Civil.

- A** O nome da pessoa pode ser utilizado em propaganda comercial, mesmo sem a sua autorização.
- B** A utilização do nome de uma pessoa por outrem em publicação cujo conteúdo a expõe a desprezo público não é ilegal.
- C** Pseudônimo adotado para o exercício de atividades lícitas não possui proteção.
- D** Pseudônimo adotado para o exercício de atividades lícitas possui a mesma proteção assegurada ao nome.
- E** O nome da pessoa não pode ser utilizado em propaganda comercial, mesmo com a sua autorização.

**QUESTÃO 16**

Gustavo celebrou contrato para adquirir a safra de soja das terras de Luan. Temendo os efeitos do clima, Gustavo acrescentou ao contrato cláusula que vinculava a aquisição da soja à colheita da safra.

De acordo com o Código Civil, a referida cláusula expressa

- A** termo.
- B** encargo.
- C** condição resolutiva.
- D** negócio inexistente.
- E** condição suspensiva.

**QUESTÃO 17**

Júnior adquiriu, de boa-fé, um veículo seminovo de Leandro. Sabendo que o negócio jurídico não se concretizaria caso Júnior soubesse que o veículo já se envolvera em acidentes de trânsito por três vezes, Leandro mentiu ao garantir a Júnior que o veículo jamais se envolvera em qualquer acidente.

De acordo com o Código Civil, o defeito do negócio jurídico apresentado nessa situação hipotética corresponde a

- A** erro.
- B** coação.
- C** fraude contra credores.
- D** lesão.
- E** dolo.

**QUESTÃO 18**

Assinale a opção que indica o princípio segundo o qual o que estiver estipulado entre as partes tem força de lei, uma vez que o contrato vincula os envolvidos no seu devido cumprimento.

- A** princípio da função social do contrato
- B** princípio da força obrigatória do contrato
- C** princípio da boa-fé subjetiva
- D** princípio da proibição de comportamento contraditório
- E** princípio da boa-fé objetiva

**QUESTÃO 19**

A manifestação de vontade pelo representante em relação ao representado

- A** produz efeitos e valida negócio jurídico celebrado pelo representante, mesmo em conflito de interesses com o representado.
- B** produz efeitos, mesmo em circunstâncias que extrapolem os limites de seus poderes.
- C** não produz nenhum efeito.
- D** produz efeitos, nos limites de seus poderes.
- E** não produz efeitos, já que só se admite manifestação do representado.

**QUESTÃO 20**

Acerca das normas fundamentais do processo civil, da jurisdição e do direito de ação, julgue os itens a seguir.

- I Sob pena de nulidade processual, o magistrado deve obedecer, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão dos processos aptos a julgamento para proferir decisão interlocutória ou sentença.
- II O autor está autorizado a ajuizar ação meramente declaratória para declaração da falsidade ou da autenticidade de documento e também para certificar a existência, a inexistência ou o modo de ser de uma relação jurídica.
- III Haverá conexão caso sejam identificadas duas ações que contenham, simultaneamente, as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 21**

Cada um dos itens a seguir apresenta uma modalidade de comunicação dos atos processuais.

- I pelo correio
- II por edital
- III por escrivão ou chefe de secretaria
- IV por publicação em órgão oficial
- V por oficial de justiça

Entre essas, são hipóteses de citação previstas expressamente no Código de Processo Civil (CPC) apenas as modalidades apresentadas nos itens

- A** I e II.
- B** III e IV.
- C** I, IV e V.
- D** I, II, III e V.
- E** II, III, IV e V.

**QUESTÃO 22**

Os pronunciamentos do magistrado que, no procedimento comum em primeiro grau, são utilizados para (i) indeferimento total da petição inicial e para (ii) recebimento da petição inicial e determinação de citação do réu possuem a natureza de

- A** sentença e despacho, respectivamente.
- B** sentença e decisão interlocutória, respectivamente.
- C** despacho, em ambos os casos.
- D** decisão interlocutória, em ambos os casos.
- E** decisão interlocutória e sentença, respectivamente.

**QUESTÃO 23**

Ao tratar de sucessão das partes e dos procuradores, o CPC determina que

- A** a sucessão de procurador por vontade da parte depende de expressa concordância do advogado anteriormente constituído.
- B** o advogado que renunciar ao mandato continuará, nos dez dias seguintes à renúncia, a representar a parte, desde que essa medida seja necessária para evitar prejuízo ao mandante.
- C** ocorre sucessão processual quando um indivíduo está em juízo em nome próprio defendendo direito alheio.
- D** será vedada, após a citação do réu, a alienação da coisa, que implica necessariamente na sucessão das partes, ou do direito litigioso por ato entre vivos.
- E** a sucessão processual, em qualquer hipótese, independe do consentimento da parte contrária.

**QUESTÃO 24**

Um cidadão brasileiro ajuizou ação popular requerendo a anulação de ato lesivo, praticado por determinado município, ao patrimônio histórico e cultural. Após a devida instrução processual, foi prolatada sentença de improcedência por falta de provas. Posteriormente, tal sentença veio a ser confirmada pelo tribunal.

O processo referido nessa situação hipotética tem como objeto a tutela de direito

- A** coletivo em sentido estrito, e a sentença não terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*.
- B** metaindividual, e a sentença é nula por ausência de condição da ação referente à legitimidade autoral.
- C** difuso, e a sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*.
- D** difuso, e a sentença não terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*.
- E** coletivo em sentido estrito, e a sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*.

**QUESTÃO 25**

Tanto nos recursos de apelação quanto nos de agravo de instrumento, disciplinados pelo CPC,

- A** o julgamento de mérito é realizado na forma colegiada, sendo vedado o exame monocrático desses recursos.
- B** a forma de interposição é efetivada junto ao órgão prolator da decisão.
- C** o juízo de admissibilidade é realizado diretamente pelo tribunal.
- D** há efeito suspensivo imediato, por decorrência de previsão legal.
- E** é sempre permitido o juízo de retratação pelo órgão prolator da decisão.

**QUESTÃO 26**

De acordo com o CPC, possui natureza de título executivo extrajudicial

- A** instrumento de transação referendado pelo Ministério Público.
- B** documento particular assinado somente pelo devedor e por uma única testemunha.
- C** decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.
- D** sentença estrangeira homologada pelo STJ.
- E** sentença arbitral.

**QUESTÃO 27**

A Lei Maria da Penha prevê que, comprovada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica ou familiar, o agressor seja imediatamente afastado do lar, do domicílio ou do local de convivência com a ofendida. Conforme a lei, esse afastamento pode ser determinado

- I pela autoridade judicial.
- II pelo delegado de polícia, quando o município não for sede de comarca.
- III pelo policial que tiver atendido a ocorrência, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

Considerando o disposto na legislação de regência, assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 28**

Jorge, de vinte e um anos de idade, e Tadeu, de dezoito anos de idade, participam de grupos de WhatsApp em que são compartilhados vídeos caseiros de adolescentes fazendo sexo. Tadeu compartilhou no grupo um vídeo, por ele mesmo produzido, de uma menina de quinze anos de idade, sem roupa, fazendo sexo explícito com um rapaz da mesma idade que a dela no banheiro de uma escola. Jorge vê o vídeo e compartilha, sem ser solicitado, com os amigos Pedro e Manoel, ambos com dezoito anos de idade, que assistem ao vídeo e o armazenam na memória dos próprios celulares. Após o compartilhamento, Jorge apaga o vídeo.

Considerando-se essa situação hipotética, bem como as disposições da Lei n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e suas alterações, é correto afirmar que

- A** Pedro e Manuel não cometeram crime, em razão de suas idades.
- B** somente Tadeu cometeu crime.
- C** somente Jorge e Tadeu cometeram crime.
- D** somente Tadeu, Pedro e Manoel cometeram crime.
- E** Tadeu, Jorge, Pedro e Manoel cometeram crime.

**QUESTÃO 29**

Conforme as disposições da Lei n.º 11.343/2006 — Lei Antidrogas — e suas alterações, a internação de dependentes de drogas

- A** poderá ser requerida pelo assistente social se for involuntária e desde que na absoluta falta de familiar ou responsável legal.
- B** perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 180 dias.
- C** poderá ser interrompida pelo médico a requerimento da família ou do representante legal, desde que já tenha ocorrido a desintoxicação.
- D** deverá ser realizada em comunidades terapêuticas ou estabelecimentos interdisciplinares de saúde.
- E** deverá ser autorizada por psicólogo devidamente registrado no conselho do estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação.

**QUESTÃO 30**

Considerando-se os dispositivos da Lei n.º 9.605/1998 — crimes contra o meio ambiente —, é correto afirmar que a pena para crimes ambientais será atenuada se

- A o agente tiver cometido o crime sozinho.
- B o agente não tiver obtido qualquer vantagem pecuniária com a prática do crime.
- C somente a propriedade do agente tiver sido atingida pelo dano ambiental.
- D o crime tiver sido praticado em domingos ou feriados.
- E o agente tiver baixo grau de instrução ou escolaridade.

**QUESTÃO 31**

A respeito da aplicação da retroatividade da lei no direito penal, assinale a opção correta.

- A A aplicação da retroatividade ocorre mesmo em caso de aumento de pena, como forma de garantir a justiça para o réu que tiver cometido o crime após a entrada em vigor da lei mais severa.
- B A retroatividade de lei mais benéfica não pode ser aplicada a medida de segurança.
- C A retroatividade de lei mais benéfica somente será cabível no caso de haver *abolitio criminis*.
- D A aplicação da retroatividade da lei é concebível, desde que em benefício do réu como medida de justiça.
- E A aplicação da retroatividade da lei é vedada constitucionalmente em qualquer circunstância, a fim de garantir a segurança jurídica.

**QUESTÃO 32**

De acordo com a Lei n.º 9.099/1995 e o posicionamento doutrinário dominante, a citação do autor de delito pelos juizados especiais criminais

- A poderá ser feita por carta rogatória.
- B será exclusivamente pessoal.
- C poderá ser feita por edital.
- D poderá ser feita por via postal.
- E poderá ser feita por meio eletrônico.

**QUESTÃO 33**

Em se tratando dos crimes de ação penal pública incondicionada, nos juizados especiais criminais, vigora o princípio da

- A indisponibilidade.
- B oportunidade.
- C indivisibilidade.
- D obrigatoriedade.
- E discricionariedade regrada.

**QUESTÃO 34**

No que diz respeito à contagem do prazo processual penal, assinale a opção correta.

- A Ato praticado por meio eletrônico deverá ser efetivado até o encerramento do expediente cartorário.
- B Deve ser computado o dia do começo, mas não o do vencimento.
- C As partes poderão convencionar prazos distintos daqueles fixados em lei.
- D Devem ser computados o dia do começo e o do vencimento, mesmo que esse último coincida com domingo ou feriado.
- E Não se computa o dia do começo, mas o do vencimento, o qual será prorrogado caso coincida com domingo ou feriado.

**QUESTÃO 35**

Acerca da prisão em flagrante delito, assinale a opção correta.

- A É incabível a lavratura de auto de prisão em razão da prática de crime culposos.
- B A ausência de testemunhas presenciais do crime impede a lavratura do auto de prisão.
- C O auto de prisão deve ser formalizado em peça única e inteiriça e composto pelas oitivas do condutor, das testemunhas e do interrogatório do indiciado, os quais oporão suas respectivas assinaturas apenas ao final do procedimento.
- D É obrigatória a presença de defensor dativo ou constituído por ocasião do interrogatório do investigado.
- E Em se tratando de ação penal pública condicionada, a lavratura do auto de prisão está condicionada à manifestação do ofendido.

**QUESTÃO 36**

Assinale a opção que indica o princípio segundo o qual, comprovada a ausência de má-fé, a parte não será prejudicada pela substituição de um recurso interposto por outrem.

- A princípio da fungibilidade dos recursos
- B princípio da disponibilidade dos recursos
- C princípio da taxatividade dos recursos
- D princípio da unirecorribilidade recursal
- E princípio do duplo grau de jurisdição

**QUESTÃO 37**

A respeito de inquérito policial, assinale a opção correta.

- A Em regra, a apreensão de objetos na fase inquisitorial não depende de autorização judicial.
- B A não conclusão do inquérito policial no prazo legal acarreta a nulidade do procedimento.
- C Diante de notícia de novas provas, a autoridade policial poderá desarquivar, de ofício, inquérito policial já encerrado.
- D O inquérito policial é peça imprescindível ao oferecimento da denúncia e se encerra com a apresentação do relatório final pela autoridade policial.
- E Aplicam-se às autoridades policiais as mesmas regras de suspeição e impedimento concernentes aos magistrados.

**QUESTÃO 38**

Na relação de consumo, de forma geral e universal, há uma qualidade intrínseca ao consumidor, que é presumida de forma absoluta. Essa qualidade justifica a própria existência do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e se dá em razão de o consumidor estar exposto pela não participação no processo produtivo, mas apenas na etapa final: o consumo.

De acordo com os princípios norteadores do CDC, é correto afirmar que o enunciado precedente se refere ao princípio da

- A vulnerabilidade.
- B confiança.
- C segurança.
- D boa-fé.
- E hipossuficiência.

**QUESTÃO 39**

De acordo com as disposições do CDC, a concessão, pelo poder público, de estímulos à criação e ao desenvolvimento de associações de defesa do consumidor

- A** é permitida e constitui instrumento necessário do desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor.
- B** é permitida e constitui instrumento para execução da Política Nacional das Relações de Consumo.
- C** é proibida, em qualquer situação.
- D** é proibida, salvo se houver decisão judicial em contrário.
- E** é permitida, desde que comprovada a hipossuficiência dos interessados.

**QUESTÃO 40**

Determinado produto perecível, fabricado e comercializado pelo fornecedor X, não continha nenhuma informação sobre seus componentes e sua durabilidade, o que acarretou prejuízos a vários consumidores. Por sua conduta, o fornecedor X cometeu infração penal punível com detenção e multa. A empresa Y havia patrocinado a oferta desse produto.

Com referência a essa situação hipotética e considerando o disposto no CDC, é correto afirmar que Y

- A** não incorrerá em pena, caso comprove que sua conduta tenha sido culposa.
- B** não incorrerá em pena, pois não cometeu infração penal.
- C** incorrerá em pena de detenção inferior à de X.
- D** incorrerá em pena de multa apenas.
- E** incorrerá nas mesmas penas cabíveis a X.

**QUESTÃO 41**

Júlio adquiriu, em uma concessionária, um veículo novo e, ao sair do estabelecimento, perdeu o controle do veículo e provocou um acidente de trânsito. Na perícia, verificou-se que o veículo novo apresentava defeito de fabricação, tendo sido essa a razão da perda do controle e do consequente acidente.

Nesse caso hipotético, de acordo com disposições do CDC, o fabricante do veículo

- A** não será responsabilizado, caso repare o vício no prazo de trinta dias.
- B** não será responsabilizado, caso restitua, no prazo de trinta dias, a quantia paga por Júlio.
- C** responderá pela reparação de danos causados ao consumidor, desde que comprovada a culpa.
- D** responderá pela reparação de danos causados ao consumidor, independentemente de culpa.
- E** responderá pela reparação de danos causados ao consumidor, ainda que comprove a culpa exclusiva de terceiro.

**QUESTÃO 42**

De acordo com o CDC, as cláusulas dos contratos de adesão são estabelecidas

- A** unilateralmente pelo consumidor, sendo admitidas alterações substanciais de seu conteúdo pelo fornecedor.
- B** bilateralmente, entre fornecedor e consumidor, não sendo admitidas alterações substanciais de seu conteúdo.
- C** unilateralmente pelo fornecedor, não sendo admitidas alterações substanciais de seu conteúdo pelo consumidor.
- D** bilateralmente, entre fornecedor e consumidor, sendo admitidas alterações substanciais de seu conteúdo pelo consumidor.
- E** bilateralmente, entre fornecedor e consumidor, sendo admitidas alterações substanciais de seu conteúdo pelo fornecedor.

**QUESTÃO 43**

O CDC autoriza que ação civil coletiva de responsabilidade por danos individuais sofridos — defesa de interesses individuais homogêneos — seja proposta

- A** pelo PROCON, sendo imprescindível a atuação do Ministério Público.
- B** pelos indivíduos que tenham sofrido os danos, caso em que se dispensa a atuação do Ministério Público.
- C** pelas vítimas da relação de consumo, sendo imprescindível a atuação do Ministério Público.
- D** por associações legalmente constituídas, caso em que se dispensa a atuação do Ministério Público.
- E** pela União, pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal, sendo prescindível a atuação do Ministério Público.

**QUESTÃO 44**

O Código de Ética da Magistratura Nacional aplica-se aos

- A** juízes federais apenas.
- B** membros do Ministério Público e à magistratura federal apenas.
- C** advogados em geral e à magistratura federal apenas.
- D** juízes leigos apenas.
- E** juízes federais e estaduais.

**QUESTÃO 45**

De acordo com a Lei n.º 8.027/1990, incorrerá em falta administrativa punível com suspensão o servidor público que

- A** praticar ato de improbidade administrativa.
- B** recorrer fé a documento público.
- C** participar de sociedade empresária e nela exercer o cargo de gerente.
- D** ofender fisicamente outro servidor em situação que não caracterize legítima defesa.
- E** atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas.

**QUESTÃO 46**

João, conciliador do juizado especial de determinado tribunal de justiça estadual, nas audiências conciliatórias, preocupa-se mais em cumprir estritamente os ritos processuais previstos na legislação do que em buscar a composição entre as partes.

Considerando-se o problema da ética na administração pública a partir dos modelos burocráticos, da Nova Gestão Pública e do Novo Serviço Público, é correto afirmar que o valor central da conduta de João é a

- A busca por resultados.
- B participação cidadã.
- C economicidade.
- D efetividade.
- E obediência às regras.

**QUESTÃO 47**

Com base no Código de Ética da Magistratura Nacional, assinale a opção que indica o princípio segundo o qual o magistrado deve adotar comportamento e decisão que sejam resultado de juízo justificado racionalmente, após meditar e valorar os argumentos e contra-argumentos disponíveis, à luz do direito aplicável.

- A cortesia
- B integridade pessoal e profissional
- C conhecimento e dedicação
- D prudência
- E sigilo profissional

**QUESTÃO 48**

De acordo com a Lei n.º 8.027/1990, incorrerá em falta administrativa punível com demissão o servidor público que

- A vender habitualmente bens no recinto da repartição, ainda que fora do horário normal de expediente.
- B faltar ao serviço por onze dias interpolados no período de seis meses.
- C praticar insubordinação grave em serviço.
- D retirar objeto da repartição, sem prévia autorização.
- E opuser resistência ao andamento de processo.

**QUESTÃO 49**

Em processo que tramite no juizado especial cível, admite-se

- A denúncia do autor do fato.
- B chamamento dos demais devedores, se solidários.
- C litisconsórcio ativo.
- D assistência simples.
- E assistência litisconsorcial.

**QUESTÃO 50**

De acordo com a Resolução n.º 7/2010 do TJ/BA, na sessão de conciliação, para fins de encaminhamento de uma composição amigável do litígio, o conciliador poderá

- A pedir o auxílio do juiz leigo para avaliar outra forma de composição.
- B ouvir técnicos da confiança do juiz que estejam disponíveis.
- C ouvir as testemunhas a respeito dos contornos fáticos da controvérsia.
- D pedir que pessoa da confiança do juiz inspecione o objeto em litígio.
- E requerer que as partes apresentem outras provas, se entender que as disponíveis são insuficientes.

**QUESTÃO 51**

O juizado especial da fazenda pública tem competência para apreciar

- A ação de desapropriação, desde que o valor do imóvel seja inferior a 60 salários-mínimos.
- B execução fiscal de valor inferior a 60 salários-mínimos.
- C ação que tenha por objeto suspender penalidade de demissão aplicada injustamente a servidor público.
- D mandado de segurança individual, desde que não haja pedido de liminar.
- E ação que tenha por objeto reverter aposentadoria proporcional em integral.

**QUESTÃO 52**

De acordo com a Lei n.º 9.099/1995, em ação ajuizada no juizado especial cível, a citação de pessoa jurídica se dará mediante

- A mandado a ser entregue na matriz ou na filial.
- B correspondência entregue pelo oficial de justiça.
- C publicação de edital em jornal de grande circulação.
- D entrega a quem estiver indicado no ato de constituição.
- E entrega da citação ao encarregado da recepção do estabelecimento.

**QUESTÃO 53**

Caso demandado devidamente intimado não compareça a sessão de conciliação no juizado especial cível,

- A o juiz poderá determinar a imediata condução do demandado.
- B o juiz poderá considerar verdadeiros os fatos alegados pelo autor.
- C o demandado não terá nenhum prejuízo, já que é obrigado a comparecer apenas a audiência de instrução e julgamento.
- D o processo será extinto sem resolução de mérito.
- E o juiz decretará a perempção.

**QUESTÃO 54**

Se, em audiência preliminar no juizado especial criminal, não houver a composição dos danos civis,

- A será encaminhado ao Ministério Público o termo circunstanciado.
- B será aplicada imediatamente pena restritiva de direitos.
- C o procedimento será enviado a uma das varas criminais.
- D o ofendido poderá exercer o direito de representação verbal.
- E o autor perderá o direito à redução da pena de multa, se houver.

**QUESTÃO 55**

A competência do juizado especial criminal será determinada pelo

- A domicílio do autor da infração penal.
- B lugar em que foi praticada a infração penal.
- C lugar em que foi encontrado o autor do fato.
- D lugar em que se consumou a infração penal.
- E domicílio da vítima da infração penal.

**QUESTÃO 56**

Nos casos de crimes em que a pena mínima cominada é igual ou inferior a um ano, o Ministério Público poderá oferecer a suspensão condicional do processo no momento

- A** da audiência de instrução.
- B** da audiência preliminar.
- C** da lavratura do termo, antes da sentença.
- D** do oferecimento da denúncia.
- E** da audiência de conciliação.

**QUESTÃO 57**

Considere que, no curso de ação ajuizada no juizado especial cível, tenha sido proferida sentença homologatória de conciliação. Nessa situação, a sentença será

- A** irrecorrível, no âmbito do juizado.
- B** recorrível, para o tribunal de justiça do respectivo estado.
- C** recorrível, para o próprio juizado.
- D** recorrível, para o juiz leigo.
- E** recorrível, para o juiz togado.

**QUESTÃO 58**

Considerando que, no curso de ação ajuizada no juizado especial cível, sentença tenha julgado o pedido parcialmente procedente, julgue os itens a seguir, a respeito da interposição de embargos de declaração pelo autor.

- I Os embargos poderão ser interpostos por escrito ou oralmente.
- II O autor deverá interpor embargos para a correção de erros materiais, uma vez que tais erros não podem ser corrigidos de ofício.
- III Os embargos deverão ser interpostos perante a turma recursal.

Assinale a opção correta.

- A** Está certo apenas o item I.
- B** Está certo apenas o item II.
- C** Está certo apenas o item III.
- D** Estão certos apenas os itens I e II.
- E** Estão certos apenas os itens II e III.

**QUESTÃO 59**

Considere as seguintes situações hipotéticas referentes a ações propostas no juizado especial cível.

- I Na execução foi reconhecida a litigância de má-fé em desfavor de Lucas.
- II Mateus propôs execução de título de crédito, no valor de vinte salários-mínimos.
- III Os embargos do devedor de Marcos foram julgados improcedentes.

Nessas situações, considerando-se o disposto na Lei n.º 9.099/1995, deverá(ão) pagar custas somente

- A** Lucas.
- B** Marcos.
- C** Lucas e Marcos.
- D** Lucas e Mateus.
- E** Marcos e Mateus.

**QUESTÃO 60**

Determinada pessoa física propôs ação judicial no âmbito do juizado especial cível, com o valor da causa de quarenta salários-mínimos. A sentença foi julgada improcedente. Inconformada, tal pessoa interpôs recurso perante a turma recursal, cuja decisão confirmou a do juízo singular. Em consequência, a pessoa interpôs recurso especial.

Nessa situação, considerando-se o entendimento do STJ, o recurso especial será

- A** cabível, se o recorrente for hipossuficiente.
- B** cabível, em razão de o recorrente ser pessoa física.
- C** incabível, por se tratar de decisão de turma recursal.
- D** cabível, independentemente da situação econômica do autor.
- E** incabível, em razão do valor da causa.

**QUESTÃO 61**

De acordo com a Resolução n.º 235 do CNJ, o conselho deve publicar relatório com a síntese estruturada das informações constantes do banco nacional de informações da repercussão geral, dos casos repetitivos e do incidente de assunção de competência, com periodicidade

- A** anual.
- B** quadrimestral.
- C** quinzenal.
- D** semestral.
- E** mensal.

**QUESTÃO 62**

Em se tratando de processo criminal no âmbito do juizado especial em Salvador, no estado da Bahia, para que se proceda à citação pessoal do réu, a sua não localização deve ser atestada por meio de

- A** comunicação escrita do secretário ao juiz do processo.
- B** declaração escrita de testemunhas no momento da citação.
- C** correspondência dos correios.
- D** certidão do oficial de justiça.
- E** declaração escrita de vizinhos do réu.

**QUESTÃO 63**

A respeito de mediação e conciliação, assinale a opção correta.

- A** O conciliador interfere diretamente no litígio e pode sugerir opções de solução para o conflito; o mediador facilita o diálogo entre as partes, para que elas mesmas proponham as soluções.
- B** O conciliador deve ser servidor efetivo do tribunal; o mediador pode ser um trabalhador voluntário ou estagiário do tribunal.
- C** Acordo estabelecido na conciliação deverá ser homologado por sentença; na mediação, não haverá homologação de acordo por sentença, em nenhuma hipótese.
- D** A conciliação é realizada, necessariamente, por juiz togado; a mediação pode ser realizada por mediador judicial.
- E** A mediação é realizada, necessariamente, por juiz togado; a conciliação pode ser realizada por mediador judicial.

**QUESTÃO 64**

Um dos requisitos legais para que uma pessoa atue como mediador é que ela esteja graduada em

- A curso de direito há, pelo menos, três anos.
- B curso de psicologia há, pelo menos, um ano.
- C curso de ensino superior há, pelo menos, dois anos.
- D curso de ensino superior há, pelo menos, três anos.
- E curso de direito, há, pelo menos, um ano.

**QUESTÃO 65**

Assinale a opção correta, acerca do poder de proferir sentença na conciliação, na mediação e na arbitragem.

- A Apenas conciliador e árbitro têm o poder de proferir sentença.
- B Nem conciliador, nem mediador, nem árbitro têm o poder de proferir sentença.
- C Somente árbitro tem o poder de proferir sentença.
- D Conciliador, mediador e árbitro têm o poder de proferir sentença.
- E Apenas mediador e conciliador têm o poder de proferir sentença.

**QUESTÃO 66**

A mediação tem o objetivo de

- A solucionar de forma rápida o litígio, necessariamente fora do âmbito judicial.
- B favorecer o diálogo entre as partes em litígio, para viabilizar a solução do conflito.
- C definir a quem assiste razão na disputa jurídica.
- D desestimular, em qualquer caso, a propositura de ação judicial.
- E preparar as partes para a audiência de instrução e para o julgamento.

**QUESTÃO 67**

Segundo os princípios éticos e as regras de conduta constantes do Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais, conciliadores e mediadores judiciais devem seguir os princípios da

- A boa-fé, da busca do consenso e da eficiência.
- B busca do consenso, da boa-fé e da publicidade.
- C informalidade, da oralidade e da confidencialidade.
- D oralidade, da informalidade e da publicidade.
- E confidencialidade e da eficiência.

**QUESTÃO 68**

Assinale a opção que indica as entidades que formam o tripé da Política Judiciária Nacional, prevista na Resolução CNJ n.º 125/2010.

- A CNJ, Conselho Nacional do Ministério Público e núcleos permanentes de métodos consensuais de solução de conflitos
- B STF, STJ e tribunais de justiça estaduais
- C STF, STJ e CNJ
- D STJ, CNJ e núcleos permanentes de métodos consensuais de solução de conflitos
- E CNJ, núcleos permanentes de métodos consensuais de solução de conflitos e centros judiciários de solução de conflitos e cidadania

**QUESTÃO 69**

Aberta uma sessão de conciliação no juizado especial cível, o juiz leigo

- A informará as consequências do não comparecimento aos atos do processo.
- B esclarecerá as partes sobre os infortúnios que a instrução poderá acarretar.
- C informará as partes sobre as consequências do descumprimento de acordo.
- D esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação.
- E alertará a parte autora sobre a delimitação do pedido.

**QUESTÃO 70**

No juizado especial cível, não instituído o juízo arbitral, proceder-se-á imediatamente à audiência de instrução e julgamento, desde que

- A todas as provas tenham sido colhidas.
- B todas as testemunhas estejam presentes.
- C não resulte prejuízo para a defesa.
- D inexistir incidente capaz de comprometer o prosseguimento da audiência.
- E os advogados das partes estejam presentes.

**QUESTÃO 71**

No juizado especial cível, o árbitro, ao conduzir os trabalhos,

- A adotará, em cada caso, a decisão que encontrar amparo legal, submetendo ao juiz caso demande uso da equidade.
- B entregará às partes, ao término da instrução, o laudo a ser homologado pelo juiz.
- C dirigirá o processo, mas terá liberdade reduzida para determinar as provas a serem produzidas.
- D apreciará as provas evitando dar valor às regras técnicas.
- E adotará critérios próprios dos juizes.

**QUESTÃO 72**

No juizado especial cível, por ocasião da resposta, será lícito ao réu

- A alegar a litispendência.
- B arguir a suspeição do juiz.
- C arguir o impedimento do juiz.
- D propor ação contra o autor.
- E requerer a intimação de testemunha ainda não ouvida.

**QUESTÃO 73**

Caso, no curso de uma ação no juizado especial cível, uma testemunha devidamente intimada não compareça à audiência de instrução e julgamento,

- A a parte arcará com o prejuízo da ausência, em razão do princípio da informalidade.
- B a testemunha será intimada novamente, se não houver outro meio de prova, em razão do princípio da ampla defesa.
- C o juiz poderá determinar a imediata condução da testemunha.
- D a testemunha será intimada novamente, se for testemunha de defesa.
- E ficará prejudicada a oitiva da testemunha, por inobservância do ônus de levá-la à audiência, se for testemunha do autor.

**QUESTÃO 74**

No juizado especial cível, a inspeção judicial em pessoas ou coisas ocorrerá

- A** no curso da audiência de instrução e julgamento.
- B** após apresentada a defesa, caso o juiz entenda ser necessária.
- C** entre a audiência de instrução e a sentença.
- D** a qualquer momento, desde que requerida pelo árbitro.
- E** durante a conciliação.

**QUESTÃO 75**

Contra a decisão do juizado especial cível que homologue laudo arbitral

- A** não cabe recurso.
- B** cabe recurso de apelação.
- C** cabe recurso de agravo de instrumento.
- D** cabe recurso especial.
- E** cabe recurso inominado.

**QUESTÃO 76**

No juizado especial cível, a função de juízo arbitral é exercida por

- A** juízes leigos do juizado.
- B** juízo arbitral ou tribunal arbitral privados.
- C** advogados previamente cadastrados nomeados pelo juiz leigo.
- D** conciliadores do juizado.
- E** juízes togados do juizado.

**QUESTÃO 77**

A respeito das custas processuais e dos honorários advocatícios no primeiro grau de jurisdição do juizado especial cível, assinale a opção correta.

- A** Em caso de interposição de recurso, o recorrente recolherá, a título de preparo, todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas no primeiro grau de jurisdição.
- B** A sentença isentará o vencido do pagamento das despesas processuais, mas lhe condenará ao pagamento dos honorários advocatícios da parte vencedora.
- C** Há necessidade de recolhimento de custas processuais no momento da prática de cada ato processual, cujo pagamento cabe à parte que tiver requerido o ato.
- D** As custas processuais devem ser previamente recolhidas pelo autor, que deverá ser ressarcido pelo réu se o pedido for julgado procedente.
- E** As custas processuais devem ser recolhidas pelo réu, a quem cabe o ressarcimento das despesas realizadas até a sentença se o pedido do autor for julgado improcedente.

**QUESTÃO 78**

O acordo firmado na audiência de instrução, perante o conciliador do juizado especial cível, terá força de sentença se homologado pelo

- A** juiz togado.
- B** Ministério Público.
- C** órgão colegiado do juizado.
- D** juiz leigo.
- E** próprio conciliador.

**QUESTÃO 79**

Em se tratando de sentença condenatória proferida no juizado especial criminal, a dosimetria da pena

- A** será obrigatória somente no caso de pena privativa de liberdade cumulada com multa.
- B** será obrigatória no caso de sentença que fixa pena privativa de liberdade.
- C** não se aplica, independentemente da pena imposta.
- D** será obrigatória somente no caso de pena privativa de liberdade por período igual ou superior a dois anos.
- E** será obrigatória somente no caso de o juiz substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

**QUESTÃO 80**

No juizado especial criminal, a sentença

- I poderá sujeitar o réu a pena restritiva de direitos.
- II não poderá substituir pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- III não poderá aplicar a extinção da punibilidade em decorrência da prescrição.
- IV deverá absolver o acusado sempre que identificar incompetência material do juizado para a causa.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e IV estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Apenas os itens III e IV estão certos.

Espaço livre